

LUTA DE EMANCIPAÇÃO ANTI-COLONIAL OU MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL? PROCESSO HISTÓRICO E DISCURSO IDEOLÓGICO – O CASO DAS COLÓNIAS PORTUGUESAS E DE MOÇAMBIQUE EM PARTICULAR

Michel Cahen*

Este artigo¹ pretende contribuir para o repensar de alguns paradigmas, como o da simples utilização de *palavras* que usamos de forma corrente para qualificar as lutas armadas de libertação que tiveram lugar em determinados países africanos (ou mesmo noutra parte do terceiro mundo). Moçambique, em particular, e outras colónias portuguesas de África de forma mais geral, servirão aqui de guião, mas dentro de um objectivo conceptual mais vasto.

É, de facto, habitual qualificar as lutas armadas que tiveram lugar nas antigas colónias portuguesas como «luta armada de libertação nacional»², ou empregar fórmulas próximas tais como «movimentos de libertação nacional», ou ainda, «frentes de libertação nacional». Encontram-se igualmente outras formulações, tais como a inglesa

* Investigador do CNRS no Centre d'études d'Afrique noire do Institut d'Études Politiques de Bordéus.

¹ A versão francesa original deste artigo, «Lutte armée d'émancipation anti-coloniale ou mouvement de libération nationale? Processus historique et discours idéologique le cas des colonies portugaises, et du Mozambique en particulier», foi publicada na *Revue Historique* (Paris, Presses universitaires de France), CCCXV/1 (637), janvier 2006: 113-138. O autor agradece muito à tradutora, Raquel Cunha, por ter assim disponibilizado ao leitorado lusófono o seu artigo.

² Uma grande parte desta reflexão poderia referir-se também à Namíbia, Zimbabué, mesmo aos Camarões (guerrilha da UPC) e ao Quénia (revolta Mau-Mau), e até mesmo à Argélia e à Indonésia. Haveria, contudo, inúmeras *nuances* a introduzir que não podem ser de todo discutidas nesta comunicação.

Freedom Fighters, mas que designa apenas os combatentes, sem carga conceptual. Os países independentes que estes movimentos conseguiram criar, depois de grandes lutas, são designados de «novas nações», ou, quando queremos precisar antes a sua política de construção, de «Estados-nação». Fala-se também «da crise dos Estados-nação» africanos, em que se incluem os PALOP (Países de Língua Oficial Portuguesa³). *A ideia que reaparece sempre é a de nação*. É a ideia menos questionada e é, contudo, a mais problemática, tanto pela análise da natureza destas lutas como pela compreensão das contradições actuais destes países.

É por isso que abordaremos o problema numa ordem cronológica inversa, começando pela situação presente e retornando em seguida ao período colonial.

Será que aquilo que é dito é um dado adquirido? Que crise dos Estados-nação?

É habitual falar da «crise dos Estados-nação africanos»: contudo, toda e qualquer análise revela de imediato que se trata, em primeiro lugar, da crise de um discurso de poder copiado das ideologias políticas e das teorias das nações francesa, portuguesa e mesmo britânica – é interessante notar que as elites africanas das antigas colónias britânicas são tão «neojacobinas», oficialmente, como as das antigas colónias francesas e portuguesas. Tais «teorias», apesar de oficialmente repetidas, e em nome das quais se reprime o «separatismo» e o «tribalismo», não são nada coerentes com a generalização das práticas etno-clientelistas da grande maioria dos dirigentes. No plano económico não se assistiu a nenhum processo de unificação dos mercados nacionais. Desenvolvem-se forças centrífugas étnicas, religiosas, sociais que minam a estabilidade destes Estados – destas nações, melhor dizendo. Em resumo, estes Estados-nação parecem ter fracassado.

³ Sobre os PALOPs e a sua ideologia nacionalista, veja-se em particular Michel CAHEN (ed.), «L'Afrique "lusophone": approche socio-linguistique», em *Pays Lusophones d'Afrique. Sources d'information pour le développement. Angola, Cap-Vert, Guinée-Bissau, Mozambique, São Tomé e Príncipe*, Paris, Ibicus, 2001, p. 21-29.

Não se trata aqui de contestar este fracasso mas de determinar a sua natureza. Ora, se virmos concretamente o que aconteceu depois do início dos anos sessenta na maioria dos países africanos, e depois de 1975 nos PALOP, é impossível não colocar a questão: um Estado-nação não é uma ideologia, é o *Estado duma nação*. Evidentemente que se confundirmos Estado e nação o problema está tautologicamente resolvido: existe a nação já que existe o Estado e vice-versa. Admitimos, é claro, um certo desfasamento histórico –[Senghor afirmava: «Em África, o Estado precede a nação»]– mas a simples duração de vida destes Estados –[agora meio século de independência precoce para uns (Gana, Guiné), e cerca de um quarto de século de independência tardia para outros (PALOP, Djibouti, Zimbabué)]– parece indicar que eles se tornaram, evidentemente, nações. Ouve-se dizer frequentemente que basta ver os jogos de futebol para nos convenceremos disto.

Aliás, já abordei bastante estas questões noutro lado⁴. Devemos, reconhecer, naturalmente que pode existir um Estado-nação, isto é, um Estado de uma nação, mesmo nos casos em que a dita nação não se estenda por toda a extensão do território do Estado em causa. O resto deste espaço é, portanto, povoado por outras nações (ou etnias, aqui pouco importa), cuja existência não é reconhecida, mas «fundida» num universalismo abstracto que não designa nenhuma identidade particular que não seja «política» e «cidadã», mas assegura muito concretamente a dominação da identidade da nação que fundou o Estado-nação. Este tipo de caso é frequente em muitas regiões do mundo (França, Rússia, Turquia, Sérvia, Argélia, Indonésia, China, etc.). Implica, no entanto, que o Estado-nação foi o *produto histórico* duma cristalização identitária em pelo menos uma parte consistente do território e que impôs uma organização política adequada. O nacionalismo desta nação provocou a emergência de um Estado apropriado, que exprime o que é *já nacional*. O facto deste Estado-nação, no seio das suas próprias fronteiras, ou, com maior razão, fora delas, sendo o colonizador, poder oprimir outras nações, etnias ou identidades colectivas é banal.

⁴ Entre outros, veja-se o meu *Ethnicité politique. Pour une lecture réaliste de l'identité*, Paris, L'Harmattan, 1994.

Mas isto explica a dupla natureza do nacionalismo: de expressão da identidade nacional (da nação) sentida por um povo, ele torna-se a expressão de um Estado e de estratos sociais que dele vivem, económica, social e «mentalmente». Em todo o caso, este *nacionalismo do Estado*, retira também a sua legitimidade da existência de um *nacionalismo de nação*, de uma nação historicamente cristalizada. O Estadonação e o nacionalismo do Estado obtêm daí, portanto, uma certa estabilidade e força, da identificação que continuam a lhes dedicar todos aqueles que se sentem membros desta comunidade nacional.

Uma história diferente

A história do Estado «moderno» na África contemporânea é, evidentemente, muito diferente, uma vez que os Estados saídos da colonização tentaram construir «nações» no espaço de fronteiras que não foram o produto de mil anos de guerras, de ajustamentos progressivos e de unificação de mercados, mas de transacções imperialistas que, de 1884 à 1891, principalmente, assim as fixaram. Todas as fronteiras são artificiais, mas estas são artificiais, decididas num espaço de tempo extremamente curto e por actores exteriores na sua maioria ignorantes do terreno.

O Estado pós-colonial africano encontra-se, portanto, confrontado com uma tarefa praticamente impossível: operar a legitimação moderna do seu território pela construção rápida de uma nação que não corresponde em nada à realidade dos povos e identidades presentes no seu território. A apropriação do Estado, total ou simplesmente dominante, por um determinado grupo social –[em geral unido em torno de uma identidade étnica]– irá ser feita, portanto, em nome da nação, processo tão mais importante quanto esta apropriação condiciona em muito o acesso à renda (captação da ajuda internacional, lucros do petróleo, etc.) à falta de um processo histórico «burguês» de acumulação de capital. Existe, evidentemente, um projecto de Estadonação, mas isto não é suficiente para qualificar este Estado de Estadonação. Ora é precisamente isto que se faz.

Não se trata, claro, de negar que a fronteira, por muito artificial e ilegítima que seja, é ela mesma criadora de identidade: em Moçambique, os Macondes, os Chonas e os Changanes são diferentes de,

respectivamente, os Makondes da Tanzânia, os Shonas do Zimbabué ou os Shangaans da África do Sul. Algumas destas diferenças já existiam antes da fixação das fronteiras coloniais, mas pode pensar-se que a delimitação de espaços políticos compartimentados ajudou a acentuá-las. O facto de terem sido colonizados pelos britânicos ou pelos portugueses provocou efeitos de diferenciação identitária entre as populações antes mais ou menos unificadas. Contudo, até aos dias de hoje, na maioria destes casos, o reconhecimento natural entre segmentos étnicos, separados politicamente pela nova fronteira, não desapareceu⁵.

Por outro lado, é preciso lembrar que a identidade é sempre plural. Mais especificamente, não se trata de opor nação e etnia –[toda a minha reflexão visa precisamente o contrário]–, que são duas formas próximas de processos históricos de cristalização identitária. Não é, portanto, porque a etnia é forte em África que a nação não existe: mas esta «nação» não pode ser simplesmente assimilada à esfera estadual. No tempo de Mobutu, nenhum «Zaireense» teria tido qualquer dificuldade em reconhecer a sua «zairinidade», talvez porque soubessem bem de que chefe dependiam: o reconhecimento de uma legitimidade política criou um sentimento comunitário que não se pode subestimar. No seu pior, é o simples reconhecimento de um chefe ou de um Estado, ou melhor, é o que Habermas chama de patriotismo constitucional e existem, evidentemente, níveis intermediários. Será esta, contudo, a identificação íntima mais poderosa?

Em 1989, todos os «Jugoslavos», nacionalmente unidos, aplaudiam a sua equipa de futebol, em oposição, por exemplo, à da Alemanha: em 1991, no entanto, foi bem diferente... Mas não esqueçamos que os recenseamentos jugoslavos, anteriores a 1991, autorizavam os cidadãos a declarar a identidade de sua escolha: sérvia, croata, eslovena, etc., ou «jugoslava». Menos de 10% dos cidadãos da Jugoslávia respondiam que eram jugoslavos. Isto significa que a nação jugoslava

⁵ Por exemplo, durante a guerra civil moçambicana (1977-1992), centenas de milhares de moçambicanos procuraram refúgio no estrangeiro, geralmente no seio dos mesmos grupos étnicos, do outro lado da fronteira. Apesar do afluxo das populações, nunca houve conflitos de terra porque a gestão deste problema espinhoso foi feita por hierarquias políticas tradicionais reconhecidas como legítimas pelos africanos dos dois lados das fronteiras.

existia, que 70 anos de Estado jugoslavo tinham produzido jugoslavos mas que a nação jugoslava era minoritária na Jugoslávia.

O exemplo serve, obviamente, para África, mais precisamente para os PALOP e para Moçambique, em particular: a moçambicanidade existe mas qual é a fracção da população para a qual ela é a identificação íntima mais operacional para as escolhas da vida? Estas questões não são abstractas e têm consequências políticas imediatas: a subestimação, desvalorização e deslegitimação permanente das identidades étnicas implicou um certo tipo de política educativa (o «tudo-português»), e um certo desprezo na relação entre a administração e a população impediu que fosse dada a atenção necessária ao equilíbrio étnico dentro do aparelho de Estado, não permitindo o desenvolvimento equilibrado das regiões do país. Desde o início, desde as lutas armadas, as etnicidades nunca foram vistas como a base de produção lenta duma nova pan-identidade: ao contrário, a nova identidade foi estabelecida como antagonista das precedentes. Era necessário produzir o Homem Novo.

Ora a nação, na África subsariana, como em outros sítios, só pode ser um produto de longo-prazo; mas na África subsariana, mais que noutros sítios, não pode ser senão a cristalização de uma identidade de identidades, duma nação de nações, resumindo, um pouco como a identidade britânica é a pan-identidade das identidades inglesa, galesa e escocesa.⁶ Na realidade, nestes processos, a questão do progresso social e económico é de importância considerável: um Estado tido como a garantia de progresso vai desencadear processos de identificação mais fortes e rápidos. A herança revolucionária foi a chave da «passagem à França» dos Alsacianos, de etnicidade germânica: era socialmente melhor ser cidadão francês que súbditos do Rei da Prússia. Mas será o Estado da periferia do capitalismo capaz de uma tal garantia de progresso?

Quando um Estado é tido, antes de mais, como predador, até mesmo cleptócrata, não só não reforça a «produção da nação», como provoca reacções anti-estaduais que seguirão as linhas de mobilização

⁶ Não vou, de todo, induzir aqui um debate sobre o federalismo, mas sobre a natureza pluri-identitária do próprio Estado. O exemplo britânico é historicamente interessante na medida em que a identidade britânica contemporânea não é a federação de três nações, mas a pan-identidade destas, a nação das nações da Grã-Bretanha.

disponíveis na população, muitas vezes as linhas étnicas e até etno-religiosas. Além disso, o facto do Estado africano, além do seu comportamento predador, não ser espacial e estruturalmente representativo dos povos parcialmente presentes no seio das suas fronteiras, enfraquece consideravelmente os processos de identificação.

É, portanto, necessário reverter completamente a problemática. A crise do Estado em África, em geral, não é uma crise do Estado-nação, é, pelo contrário, a crise da ausência dos Estados-nação, a crise dos Estados-território com falta de uma legitimação moderna. De qualquer forma, confundimos crise da ideologia dos Estados (seguramente «estado-nacionalista») com a própria crise do Estado. As duas crises são bem reais e simultâneas (crise da ideologia «estado-nacionalista», crise do Estado não nacional), mas não podemos deduzir daí que o modelo do Estado-nação é inadequado para África. Bem pelo contrário, esta forma de organização política (ou as suas premissas) foi inicialmente destruída pela conquista colonial.⁷ E em seguida, a colonização, período de recuo das tradições estaduais em África, em nada a favoreceu.⁸ Nem tão pouco uma descolonização, com fronteiras fixas sem uma consulta às populações. A crise é originária, mas foi agravada pela imposição do universalismo abstracto da ideologia «estado-nacionalista» em espaços que, salvo raro excepção, não são nacionais⁹.

Neste quadro geral, os PALOP têm isto de específico, o de terem sido muito radicais na negação étnica (pensamos sobretudo nos três países continentais, sendo diferente o caso dos dois arquipélagos

⁷ Não quero dizer com isto que todos os Estados africanos pré-coloniais eram Estados-nação, mas alguns de entre eles poderiam ser assim caracterizados.

⁸ A administração colonial não poderia ser considerada como um «Estado colonial». A sua estrutura não visava de todo a preparação da criação de novos Estados. Havia sim um aparelho colonial do Estado, mas o Estado colonial não era senão o Estado metropolitano. Mesmo que a colonização tenha produzido efeitos identitários, a administração colonial não podia ter sido o lugar de fusão do Estado-nação devido à sua relação com os colonizados. Como sublinha Jean-François Bayart, a muito longo-prazo, a «tendência é para o Estado» na sociedade africana, mas ele subestima o facto de que a colonização é um período contra-corrente desta tendência (*L'historicité de l'État import*, Paris, FNSP, Les Cahiers du CERI n°15, 1996).

⁹ Bem entendido que existem outros factores de crise. Espaços contemporâneos como o Burundi (que retoma praticamente na sua totalidade o espaço do reino pré-colonial) ou a Somália (que é etnicamente homogénea mesmo se o espaço somáli internacionalmente reconhecido não agrupe todos os Somalis) estão em situação de guerra civil ou inter-clânica, latente ou aberta, desde há muitos anos.

crioulos¹⁰). Existem razões históricas para isto, que têm a haver tanto com a própria história dos movimentos de libertação como com a colonização portuguesa, as quais é necessário abordar neste momento. É preciso, contudo, calcular em que medida este radicalismo provocou rupturas, e qual foi o papel do colonialismo tardio (1961-1975).

Radicalização política e nacionalismo

As razões da radicalização das frentes de libertação das colónias portuguesas, e em particular da Frelimo¹¹ – que teve o percurso evolutivo mais profundo – são ao mesmo tempo internas e externas ao seu respectivo país.

As razões externas são as mais óbvias. Por um lado, elas revelam, em primeiro lugar, mais da natureza política do regime metropolitano a partir de 1926-33 e até 1974 (*Estado Novo*)¹², do que da natureza da colonização portuguesa¹³ que, precisamente por causa das suas características, continha em si factores favoráveis a uma descolonização «à

¹⁰ A Guiné-Bissau, Angola e Moçambique possuíam, como outros países continentais africanos, estruturas sociais linhageiras, clánicas e étnicas (por outro lado, as tribos, enquanto que organizações políticas, desapareceram em boa parte). Os arquipélagos crioulos como Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, produtos da escravatura, que em muito fracturou as culturas africanas, têm estruturas sociais muito comparáveis às das Antilhas.

¹¹ Frelimo, Frente de Libertação de Moçambique, criada em Dar Es-Salaam, a 25 de Junho de 1962.

¹² Existe um debate sobre a natureza do salazarismo (fascismo? nacional-cristianismo? autoritarismo conservador?). Jacques Geogel (*Le salazarisme, histoire et bilan*, Paris, Cujas, 1982), António Costa Pinto (*O salazarismo e o fascismo europeu, problemas de interpretação nas ciências sociais*, Lisboa, Estampa, 1992), Yves Léonard (*Salazarisme et fascisme*, Paris, Chandeigne, 1996.), recusam a caracterização de fascista do salazarismo devido às diferenças de ideologia, de processos de tomada de poder, da ligação mantida com outras estruturas políticas conservadoras (Igreja, etc.). Sem negar nenhuma das diferenças políticas e ideológicas entre o salazarismo e o nazismo ou mussolinismo, Michel Cahen mantém esta caracterização devido à própria função, corporativa e totalitária do Estado Novo («Salazarisme, fascisme et colonialisme. Problèmes d'interprétation en sciences sociales, ou le sébastianisme de l'exception», Lisboa, Instituto superior de economia e gestão, Centro de estudos sobre África e do desenvolvimento, Junho de 1997, multigr. «Documentos de trabalho», 47), no prelo, em França).

¹³ O facto de manter a caracterização «fascista» para o regime metropolitano do *Estado Novo* não significa que o aceite para a colonização («colonial-fascismo», característica utilizada pelas guerrilhas africanas e gestões portuguesas para distinguir as colonizações francesa e inglesa), já que esta última é o produto histórico do capita-

brasileira» (a perspectiva de «Novo Brasil» foi sempre, aliás, a obsessão de A.O. Salazar). O *Estado Novo* impôs a necessidade de lutas armadas, recusando qualquer evolução, mesmo depois dos avisos que foram a revolta da Baixa de Cassanje (Angola, inícios de 1960), o motim de Mueda em Moçambique (16 de Junho de 1960), o ataque às prisões de Luanda (Angola) por militares africanos no dia 4 de Fevereiro de 1961, a grande revolta do norte de Angola na Primavera de 1961, a perda de São João de Ajudá aquando da independência do Benim e, por fim, na Índia, a perda de Goa, Damão e Diu, em Dezembro de 1961. Desde 1961 em Angola, 1963 na Guiné e 1964 em Moçambique, que Portugal se confrontou com lutas armadas que duraram entre dez a treze anos. Ora a duração de um processo de luta armada provoca evidentemente fenómenos de radicalização.

Contudo, é preciso notar que a radicalização dos meios de acção não produz automaticamente a do programa político. Mesmo se este último foi ganhando, indubitavelmente, um teor cada vez mais marxista, não se pode deduzir daí nem um parentesco entre a Frelimo (ou o MPLA¹⁴) e os partidos comunistas cubano e vietnamita, por exemplo, nem uma ruptura com a ideia portuguesa de nação que havia penetrado profundamente nos meios *assimilados* e crioulos¹⁵ que formavam o núcleo das direcções dos movimentos de libertação. Se o modelo *político* «marxista» e «soviético» foi largamente discutido e citado, o modelo *social* português expresso especialmente pela via da imagem da cidade colonial “limpinha” e ordenada dos anos cinquenta, salvaguardado pelos dirigentes após a sua partida para o estrangeiro, foi muito discreto mas certamente muito poderoso.

lismo mercantil e contemporâneo português, e não da natureza do regime político português a partir de 1930. As tentativas de «duplicar» além-mar as estruturas corporativas ou fascistas foram fracas e sancionadas pelo fracasso.

¹⁴ MPLA, Movimento Popular de Libertação de Angola, criado em Junho de 1960, em Tunes.

¹⁵ No império português, os crioulos não são principalmente os brancos nascidos nas colónias, mas sobretudo os mestiços, e mais genericamente, todos aqueles que têm uma cultura portuguesa, mesmo sendo negros. Os *assimilados* eram os africanos negros a quem era reconhecida a cidadania portuguesa, em razão da sua ideologia assimilacionista. Contrariamente a um mito tenaz, mestiços e assimilados nunca constituíram mais do que uma ínfima minoria da população. Em 1961, todos os africanos foram declarados cidadãos, o que, no entanto, não lhes concedeu o direito de voto.

O partido único e a «população reaccionária»

Depois da mudança da política americana, no final da era Kennedy, o apoio dos Países de Leste aos movimentos de libertação não exerceu apenas uma influência «socializante». Mesmo se a educação marxista em geral – mas que de início vinha mais do Partido Comunista Português (PCP) do que dos Países de Leste¹⁶ – levava, obviamente, a um certo radicalismo, nada nos mostra, pelo contrário, que a União Soviética tenha tentado «radicalizar» as posições dos partidos africanos. Se ela não gostava nada de um Eduardo Mondlane não era porque ele era moderado mas porque era «americano»¹⁷. O que foi, sem dúvida, reforçado pelo apoio soviético foi a ideia de unicidade nacional e de partido único: é significativo, por exemplo, que o MPLA e a Frelimo tenham adoptado o «centralismo democrático» como modo de trabalho *interno* do movimento, (a saber, precisamente o inverso da definição de princípio leninista que considera a actividade em direcção ao exterior) desde o início, mas esperaram quinze anos ou mais para adoptar oficialmente o «marxismo-leninismo». Este «centralismo democrático» é, desde o início, o vector de produção da homogeneidade interna das frentes, protótipos da nação, antes de ser alargado ao país inteiro. Esta influência «soviética» pró partido único integrava-se na altura no panorama internacional: o comité de descolonização da ONU e da OUA exigiam que em todo o lado (colónias portuguesas, Namíbia, África do Sul, Sara ocidental) existisse apenas uma única frente. Mas esta exigência provinha não somente da necessária unidade na luta mas de um princípio político, o da qualidade de «representante único e legítimo do povo de...», que estava aglutinado ao movimento reconhecido. Isto significava nada menos do que uma política internacional de apoio à implantação dos partidos únicos no Estado independente, mas com implicações concretas desde a luta de libertação. Todos os movimentos procuraram ser o «representante único e legítimo do povo de

¹⁶ Judith Manyá, *Le parti communiste portugais et la question coloniale (1921-1974)*, tese de ciências políticas, Bordéus, Institut d'études politiques, Dez. 2004.

¹⁷ Eduardo Mondlane, primeiro presidente da Frelimo, fez os seus estudos na África do Sul, em Portugal, depois nos Estados Unidos. Professor na Universidade de Siracusa, foi muito encorajado pelo Departamento de Estado americano e pelos Tanzanianos para fundar a Frelimo, em 1962.

...», isto é, todos foram levados por uma ideologia de partido único. Ora esta postura não era só em relação aos rivais eventuais (provocando violências internas nas lutas de libertação), mas implicava também uma certa relação com a população, com a sociedade africana que supostamente podia ser representada por um só partido, que ainda por cima era muito pouco democrático no seu funcionamento. Politicamente, desde o começo, a sociedade africana é negada na sua diversidade. Ou pelo menos, esta diversidade não era politicamente pertinente, ou mesmo, considerada como francamente «reaccionária».

Devemos colocar também aqui a questão das razões da captação feita por um certo marxismo das elites africanas «crioulas». Para além do apoio desconfiado de um PCP, isto está relacionado com a história social da reprodução das elites africanas no decurso da colonização portuguesa contemporânea, principalmente durante o Estado Novo. Esta impediu tanto o aparecimento de um proletariado negro estável, por causa do trabalho forçado e dos freios impostos à industrialização, como a génese duma vigorosa pequena burguesia africana envolvida no comércio e na produção (plantações, oficinas, etc.), já que este espaço social de criação de riqueza era quase totalmente ocupado pela colonização branca. Isto explica que, em todos os PALOPs, mas em particular em Moçambique, a pequena elite *assimilada* e mestiça tenha sido quase exclusivamente confinada a trabalhos burocráticos no aparelho de Estado ou serviços ferro-portuários, e a empregos subalternos do sector terciário. Ela pouco derivava das antigas elites africanas do período precedente, fraccionadas na altura das guerras contra os *prazos*¹⁸ e da conquista efectiva do território e, por fim, especialmente em Moçambique, económica e socialmente marginalizadas

¹⁸ Os *prazos* foram um fenómeno quase único em África de africanização de uma instituição europeia: tratava-se, no início, de terras doadas pela Coroa Portuguesa a «capitães» por um prazo de três gerações, a cargo destes últimos e dos seus descendentes que representavam a autoridade real. Pouco a pouco, através de mestiçagens em alianças matrimoniais, os *prazeiros* tornaram-se autênticos chefes africanos sub-estaduais, dotados de exércitos de milhares de escravos-soldados, os quais Portugal teve muita dificuldade em vencer no século XIX. Sobre este aspecto, veja-se Allen F. Isaacman, *Mozambique: The Africanization of a European Institution - The Zambezi Prazos, 1750-1902*, Madison, 1972, e Allen F. Isaacman & Barbara S. Isaacman, *Slavery and Beyond. The making of Men and Chikunda Ethnic Identities in the Unstable World of South-Central Africa, 1750-1920*, Portsmouth (NH), Heinemann, 2004.

aquando da mudança da capital, no início do século xx, da Ilha de Moçambique para Lourenço Marques, no extremo sul, uma cidade criada praticamente *ex nihilo* para as necessidades do porto de Delagoa Bay.

A micro-elite moçambicana moderna foi assim o produto quase exclusivo das características da colonização portuguesa do século xx. Situados essencialmente em Lourenço Marques, estes pequenos centros de elites eram social, cultural, ética, e muitas vezes mesmo, religiosamente exteriores à população (cujas regiões mais fortes demograficamente se localizavam no centro e norte). Sofriam a opressão portuguesa mas não tinham um modelo alternativo disponível uma vez que eram eles próprios um produto desse mesmo Estado português. O marxismo de tipo soviético apareceu como algo que podia contribuir para reverter o domínio português, contudo, o ideal que ele oferecia era, paradoxalmente, muito próximo do modelo social português: nação homogénea, partido único, corporativismo sindical e associativo, língua única, papel central do Estado, etc. Este marxismo *poderia* assim corresponder ao *habitus* de uma micro-elite de funcionários públicos e do sector terciário, *poderia* fazer parte do seu mundo imaginário a fim de exprimir o *desejo de uma nação portuguesa que fosse sua*.

Mas isto não significa que a maioria dos *assimilados* e dos mestiços tenham sido, por sua vez, tentados por este marxismo: pelo contrário, até ao final deste período, estes sectores eram sim conservadores e alguns até fizeram parte dos *retornados*.¹⁹ Mas um crioulo de Luanda, mesmo conservador, podia achar compreensível e como fazendo parte do seu mundo, o discurso marxizante do MPLA; enquanto que o discurso do FNLA²⁰, fortemente impregnado com valores negrófilos e

¹⁹ A caótica descolonização portuguesa provocou um afluxo de *retornados* considerável, provavelmente cerca de 500 mil pessoas (para um Portugal de nove milhões de almas), às quais é necessário juntar os re-emigrados da África do Sul, do Brasil, da Austrália e do Canadá. Uma minoria destes *retornados* eram mestiços ou mesmo negros assimilados, ou ainda indianos (especialmente ismaelitas), que «retornavam» a um Portugal que eles nunca tinham conhecido.

²⁰ A Frente Nacional de Libertação de Angola estava notoriamente ligada a um segmento da família real do Congo, e principalmente à etnia Bakongo. O FNLA, na sua guerra aberta contra o MPLA, desenvolveu um discurso fortemente anti-mestiços (contra os «os filhos dos colonos») e de autenticidade africana. Responsável pela grande revolta do norte de Angola, e operando a partir do Zaire, o FNLA era sustentado pelo regime de Mobutu e pelos Estados Unidos.

anti-mestiços, o perturbava social e mentalmente. Da mesma maneira, a moçambicana Frelimo poderia fazer parte do universo mental de elite *assimilada* de Lourenço Marques. O marxismo aparecia, desde logo, num contexto de luta armada inevitável, como a expressão de um nacionalismo «modernista». É a forma, trazida por uma minoria radical e aceite por sectores maiores das elites, encontrada para exprimir a sua ocidentalização subalterna. Fez diminuir, mas fez não desaparecer, o peso de outros modelos, como mostrará, mais tarde, por exemplo, o fascínio de Samora Machel pelo N'Gungunhana²¹. Toda a política dos primeiros anos de independência visará não tanto «socializar» mas enquadrar a população para a modernizar de forma autoritária, para a *nacionalizar*.

Assim, o paradigma nacional é indissociável do paradigma da modernização autoritária. Trata-se de criar o Homem Novo – vocabulário contextualmente maoizante para exprimir a nação – pela destruição não tanto do capitalismo mas mais das relações sociais originais no seio do campesinato, isto é, daquilo que é socialmente totalmente estranho à elite (então estigmatizado como «obscurantismo», «feudalismo», «tribalismo»). A *produção*, isto é, a *extensão* da nação a toda a população é o fio condutor do projecto político da Frelimo, desde a sua criação como frente «nacionalista» em 1962, à Frelimo «nacionalista-revolucionária» de 1969, à Frelimo «marxista-leninista» de 1977, e, por fim, à Frelimo nacional-liberal pós-1989. Este fio condutor é bem mais importante que a radicalização ou que o marxismo como tal por uma razão simples e poderosa: só a «nação» pode operar a legitimação moderna de Moçambique, tal como ele é na sua definição colonial, e legitimar assim aos seus olhos, o papel da elite crioula historicamente produzida neste contexto. Não se *imagina* a possibilidade de construir um Estado sem nação, unido exclusivamente em torno de uma garantia de progresso trazida às populações pela nova República.

²¹ Samora Machel que sucedeu, em 1969, a Eduardo Mondlane à frente da Frelimo, tornou-se o primeiro presidente de Moçambique independente (25 de Junho de 1975). Orador com um forte carisma, reclamava-se do marxismo-leninismo e tentava obter a admissão do seu país na CAME, da qual esperava os meios para um rápido desenvolvimento. Mas, ao mesmo tempo, procurava servir-se do apoio de N'Gungunhana, o último imperador do Estado nguni de Gaza e símbolo oficial da resistência, vencido pelos Portugueses em 1895 e cujas cinzas ele repatriou, com pompa e circunstância, dos Açores.

Dois mitos opostos?

O leitmotiv ideológico do Portugal colonizador era: «*Moçambique só é Moçambique porque é Portugal*». Tratava-se obviamente de legitimar o papel de ocupante, mas também de recordar –[por boa fé ou cinismo]– que este pedaço recortado sobre os rios do oceano Índico não tinha outra razão de existência senão a da conquista portuguesa; e também de negar às identidades diversas historicamente presentes no seio do território colonial toda e qualquer capacidade de evoluir, de se federar e de se «nacionalizar» que não fosse dentro da nação portuguesa.

Pode-se considerar que se tratava de uma afirmação colonialista clássica segundo a qual os grupos étnicos (as «tribos», as «raças» indígenas) não saberiam viver em paz senão com a pesada mão europeia (portuguesa). Encontra-se aqui o habitual paradigma de «dividir para reinar», o colonizador aproveitando a ocasião para sublinhar as divisões étnicas. Na verdade, a política portuguesa foi extremamente hesitante neste ponto: se existiram, evidentemente, comportamentos coloniais propícios a encorajar a divisão dos colonizados nas empresas e plantações (dormitórios separados segundo as origens étnicas etc.) e mesmo na administração, a desvalorização de um grupo implicava a valorização de outro, o que era muito perigoso. E não se deve esquecer o factor «ignorância»: ainda em 1940, depois de «450 anos» de colonização²², a administração dos recenseamentos era, em Moçambique, incapaz de inventariar os grupos étnicos do país, só o conseguindo fazer, com muito esforço, em 1950, e de forma mais ou menos correcta apenas em 1960! Como «dividir», se se ignorava até as possíveis linhas divisórias?

É interessante constatar, deste ponto de vista, que a utilização do factor étnico durante a guerra colonial (1961/1964-1974) nunca foi sistemática, ou foi utilizada a posteriori? - quando o antagonismo era já claramente expresso pelos interessados. Podemos supor, com certeza,

²² O mito da colonização plurisecular portuguesa em África só faz obviamente sentido em pontos infimos do território. Em 98% das terras, a conquista efectiva teve lugar *grosso modo*, nas mesmas datas que para as colonizações francesas, inglesa ou belga, ou seja, alguns anos depois do Congresso de Berlim. Uma geração de militares portugueses, forjada nessa ocasião, desempenhou um grande papel no golpe de Estado de 1926, os «centuriões de 1895».

que a Pide portuguesa²³ teve um papel na activação do antagonismo entre os bakongos e os ovimbundus de Angola, e nos antagonismos internos dos bakongos, que levaram à cisão da FNLA e ao aparecimento da Unita formada por quadros ovimbundus²⁴ e cabindas²⁵ em 1965-66. Mas não foram estes serviços secretos portugueses que inventaram, nem mesmo agravaram, estes antagonismos: os massacres dos trabalhadores *contratados* ovimbundus das plantações portuguesas de café, no norte de Angola, aquando da revolta da Primavera de 1961, estavam ainda na memória de todos.²⁶ Pode-se pensar também que o General A. Spínola, governador da Guiné activou, contra os balantas, costeiros e animistas, a aliança com os muçulmanos com a sua tática dos «Congressos dos povos da Guiné». Mas a aliança «estrutural» entre hierarquias muçulmanas, mandinga e papel, e a administração colonial portuguesa «católica» existia desde há muito tempo. Se os portugueses tinham boas relações com estes grupos, e relações mais difíceis com as sociedades costeiras acéfalas, bijagós ou balantas, era porque os

²³ A Polícia Internacional e de Defesa do Estado (Pide), polícia política, apareceu nas colónias a partir de 1960.

²⁴ Unita, União Internacional para a Independência Total de Angola. A Unita apareceu em 1965-1966 como um cisão do FNLA. Inicialmente, uma pequena formação, instrumentalizada pelos serviços secretos portugueses na luta contra o MPLA, a Unita conseguiu, contudo, desenvolver-se fortemente depois de 1974, com o apoio da China maoísta e sobretudo da África do Sul do apartheid, utilizando muitas vezes as redes protestantes do congregacionalismo americano no maior grupo étnico angolano, o dos ovimbundus (centro-sul). Mais tarde, o afundamento militar do FNLA deixou a Unita como única força militar de oposição ao MPLA, apoiado pelos cubanos e soviéticos. A seguir ao reconhecimento político tardio do regime do MPLA pelos americanos e israelitas em 1992, a Unita foi finalmente vencida militarmente em 2002.

²⁵ Os cabindas são um ramo da população bakongo que vive no enclave de Cabinda, no norte do estuário do Congo (sem continuidade territorial propriamente dita com Angola). Cabinda formava uma colónia separada de Angola até 1956, ligada administrativamente a Angola desde essa data. Aquando das negociações de descolonização, Portugal aceitou considerar Cabinda como parte integrante de Angola, a pedido das frentes de libertação e apesar da recusa de diversos grupos de cabindas não reconhecidos. Existe aí, desde então, uma guerrilha independentista endémica.

²⁶ Os ovimbundus foram recrutados à força pelos portugueses para trabalharem nas plantações do café no norte de Angola durante o «boom cafeeiro». Ora essas terras haviam sido expropriadas durante os anos cinquenta, espoliando os bakongos. Para estes últimos, os ovimbundus trabalhavam, assim, para o colonizador. Na altura da grande revolta da Primavera de 1961, muitos bakongos, e sem dúvida alguns guerrilheiros do FNLA, massacraram não somente portugueses brancos e mestiços, como também muitos ovimbundus.

primeiros tinham uma organização política claramente hierarquizada, quase «feudal» e compreensível para os portugueses, e não porque eram mandingas ou papéis; e porque os segundos viviam praticamente em «anarquia», praticamente sem chefaturas facilmente contactáveis e manipuláveis e não por serem bijagós ou balantas.

Por fim, temos, em Moçambique, exemplos de tentativas militares de manipulações étnicas que foram recusadas. Quando a Frelimo matou os *régulos*²⁷ ngunis de Cabo Delgado, os administradores propuseram lançar contra ela os ngunis da Angónia e do sul²⁸, o que não foi aceite. Quando os peritos dos SCCIM²⁹, tendo feito um bom trabalho de recuperação junto das hierárquicas muçulmanas da província de Nampula e de Cabo Delgado, largamente conquistadas à «subversão», sugeriram a criação de «milícias muçulmanas» contra a «Frelimo ateia», na realidade milícias macuas³⁰ contra a Frelimo maconde³¹, isto foi recusado pelo comandante-chefe Kaulza de Ariaga como contrário à política portuguesa e de consequências imprevisíveis. E se, muitas vezes, os GEs, os GEPs e os *Flechas*³² foram recrutados entre os Macondes, isto não foi fruto de uma especial manipulação étnica (pouco rentável no caso), mas simplesmente do facto que se recrutava maioritaria-

²⁷ Chefes tradicionais reconhecidos pelos portugueses.

²⁸ Aquando do Mfecane (a grande migração nguni do século XIX), as chefaturas ngunis estavam implantadas não só em Gaza, mas em diversos outros pontos do Moçambique actual, especialmente na região da Angónia (cujo nome faz lembrar os Angunes, ou Ngunis) e no extremo norte, em Cabo Delgado. Neste último caso, é necessário notar que se as famílias dos chefes eram ngunis, a maioria da população era maconde.

²⁹ SCCIM, Serviços de Centralização e Coordenação de informações de Moçambique. Os SCCIM eram um (excelente) serviço de análise e de peritagem, mas não uma polícia. Dependiam do Governador-Geral e não da Pide ou do exército, e agremiaram o que se fazia de melhor naquilo que podemos chamar de antropologia colonial aplicada.

³⁰ Os macuas (ou makhwa) são o maior grupo étnico de Moçambique, mas tiveram apenas um papel secundário na luta armada de libertação.

³¹ Os macondes são um pequeno grupo étnico, a cavalo entre as fronteiras da Tanzânia e de Moçambique, que seguiram, em massa, a Frelimo na revolta contra os Portugueses, a partir de 1964. Assim, a sua importância na luta de libertação foi desproporcionada em relação ao seu peso demográfico. Historicamente, os macondes e os macuas mantinham relações tensas que remontavam ao período do tráfico de escravos.

³² GEs, GEPs: Grupos especiais, Grupos especiais paraquedistas, unidades de contra-guerrilha formadas exclusivamente de guerrilheiros negros trânsfugas dependentes do exército; os *Flechas*, muito importantes em Angola mas menos em Moçambique, obedeciam ao mesmo modelo mas dependiam da Pide.

mente entre os guerrilheiros «retornados» e que muitos desses guerrilheiros eram macondes.

De resto, se manipulação existiu podemos ver os seus resultados a longo prazo. Assim, na Guiné-Bissau, o PAIGC³³ teve dificuldades reais de implantação nas zonas muçulmanas mandinga e papel, utilizadas pelos portugueses. Mas uma vez no poder, conseguiu criar uma aliança do mesmo tipo que existia, como já vimos, no tempo dos portugueses (entre o Estado moderno – agora independente – e as hierarquias muçulmanas), chegando mesmo a nomear para ministro um grande comerciante muçulmano de Gabú, antigo deputado «fascista» na Assembleia nacional portuguesa! Esta política foi conduzida ao mesmo tempo da viragem económico neo-liberal (a partir de 1985) favorável, entre outras, às redes de comércio mandingas, e ruínosa para a economia do arroz dos balantas, baluarte da luta anti-portuguesa. Assim, estes últimos votaram massivamente na oposição em 1994 e 2000. Afastado do poder pela guerra civil de 1998-99 e pelas eleições de 2000, o PAIGC conservou o melhor da sua implantação nestes mesmos meios muçulmanos que tinham sido largamente instrumentalizados pelos portugueses durante a guerra de libertação.

Mais do que uma manipulação aberta e sistemática das realidades étnicas, o que era muito mais importante no ideal colonial português era a negação da existência de todas as etnicidades, de toda a cultura própria à África. Havia habitantes, certamente, indígenas na sua maior parte, mas não estavam dotados de estruturas sociais e culturais relevantes do ponto de vista da modernidade. A identidade só podia, portanto, provir do exterior da sociedade africana. Este é o sentido profundo do slogan «*Moçambique só é Moçambique porque é Portugal*». Portugal levava o facto nacional –[o seu]– a uma massa dispersa de habitantes.

Isto significa que, considerando os africanos como uma tal massa dispersa de indivíduos, a colonização não foi uma opressão *nacional*,

³³ O PAIGC, Partido Africano da Independência de Cabo Verde e da Guiné, fundado por Amílcar Cabral em 1956, proclamou unilateralmente a independência em 1973, apesar do assassinato do seu fundador no ano anterior. Situação singular, o PAIGC, partido único, gerou dois Estados separados, a Guiné-Bissau e as Ilhas de Cabo Verde até 1980, data na qual um golpe de estado confirmou a cisão e acabou com o sonho de Cabral duma fusão progressiva dos dois países.

mas somente socio-económica? Claro que não foi nada assim, mas o que foi oprimido foi o conjunto dos povos e etnicidades (ou nações) de Moçambique e não um «Moçambique□» feito essência.

Frente a esta negação das africanidades e dos modos de vida social que lhes estavam ligados, a luta da libertação procurou unificar os colonizados. No entanto, o processo não foi linear nem trouxe uma significação unívoca.

A elite e o maconde

Pode-se mesmo dizer que, inicialmente, em Moçambique, se tratou do encontro de duas trajectórias que não tinham muita coisa em comum a não ser – o que foi fundamental – a opressão colonial.

É frequente ler, apesar dos progressos da pesquisa histórica, que a Frelimo foi fundada no dia 25 de Junho de 1962 pela unificação de três movimentos «regionais», a Manu, maconde, a Udenamo tida como do sul, e a Unami, tida como sendo do centro (da Zambézia)³⁴. Esta história, que é a versão oficial, é muito funcional e «etapista»: movimentos sobretudo regionais, até étnicos, unificam-se «nacionalmente», fechando assim a «etapa precedente» proto-nacionalista e abrindo a via à nova nação. Na realidade, apenas a Manu entrou na Frelimo, por decisão pessoal do seu presidente (mesmo se este e a maioria dos dirigentes tivessem saído dela rapidamente), a Udenamo dividiu-se em dois blocos desde antes do Congresso, e a Unami nunca aceitou o selo da Frelimo e conservou sempre independente a sua estrutura. A Udenamo não era de todo um grupo do «sul», mas já uma organização plenamente multi-étnica com efectivamente muitos militantes do sul mas também muitos macondes vindos de outra organização a *Mozambique African Association* (MAA) formada entre os trabalhadores emigrados das plantações de sisal do Tanganyika e do Quénia. Era, aliás,

³⁴ Manu, *Mozambique African National Union*, União Nacional Africana de Moçambique, formada em 1960, em Dar es-Salaam e Mombaza, sobre o modelo da TANU e da KANU (*Tanganyika African National Union, Kenyan African National Union*), Udenamo, União Democrática Nacional Africana de Moçambique, fundada em 1960, em Bulawayo (Rodésia). Unami, União Nacional de Moçambique Independente, pequeno grupo fundado também em 1960, no Malawi.

por isso que a Udenamo era a secção moçambicana da CONCP³⁵. A Frelimo surgiu, na realidade, como uma organização nova, saída, ao mesmo tempo, da pressão e da rivalidade da TANU de Julius Nyerere, e do Gana, de Kwame N’Krumah, e que integrou, desde o início, uma direcção essencialmente sulista³⁶.

Contudo, ao mesmo tempo, desde a repressão da revolta de Mueda (16 de Junho de 1960), que os macondes, como grupo, queriam, massivamente, fazer guerra aos portugueses e estavam prontos a seguir a primeira organização que se prestasse a isso. A sua hesitação entre a Manu e a Frelimo durou, aliás, até Agosto de 1964, antes de avançarem em favor da Frelimo³⁷. Houve, portanto, uma verdadeira intersecção de duas trajetórias históricas muito diferentes, a de elementos da pequena elite do extremo sul urbano e a de uma revolta africana mobilizada à volta de linhas identitárias étnicas macondes. Esta intersecção permitiu, certamente, o alargamento inter-étnico da luta: mas não invalidou em nada, nas bases camponesas, a característica duma mobilização anti-colonial de fundamento social, cristalizada em redor de vectores étnicos de reconhecimento.

Com efeito, a guerra que os macondes queriam fazer contra Portugal era emancipalista, mas ao mesmo tempo, no sentido literal do termo, profundamente «reaccionária». Não esqueçamos que a colonização portuguesa do planalto, e mais genericamente de todo o imenso norte moçambicano e de muitas outras regiões do interior, tinha sido extremamente recente – durante e até ao final da Primeira Guerra Mundial – e que a lembrança do período de «antes da chegada dos portugueses» estava ainda muito viva. O objectivo era expulsar os portugueses, uma reacção para restabelecer a situação anterior. Isto não impediu projectos

³⁵ CONCP, Conferência das organizações nacionalistas das colónias portuguesas, criada em Rabat, em 1960, que reunia partidos goeses de oposição (até aos finais de 1961), o PAIGC, o MPLA, o CLSTP (Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe, que mais tarde se tornou o MLSTP, Movimento de Libertação de STP) e a Udenamo (depois Frelimo). A CONCP foi o vector de uma verdadeira geração política de partidos das cinco antigas colónias portuguesas de África, todos adeptos de um nacionalismo radical, de tendência mais ou menos marxizante, e formados especialmente por elites (diversamente) crioulas.

³⁶ Sobre a necessária releitura da história da fundação da Frelimo, veja-se Michel Cahen, «The Mueda Case and Maconde Political Ethnicity. Some notes on a work in progress», *Africana Studia* (Porto), II, Nov. 1999 (publicada em 2000), p. 29-46.

modernistas com raízes locais como aqueles dos macondes, que tendo conhecido o capitalismo colonial britânico em Tanganyika, desejavam desenvolver em Moçambique actividades económicas idênticas àquelas que conseguiram desenvolver além-Rovuma³⁸. Todavia, se estes projectos específicos não eram nada «tradicionais», não tinham como objectivo «Moçambique». Houve a tendência de considerar esta «limitação» local como uma prova de fraqueza etnicista na tomada de consciência política: que o era, certamente, do ponto de vista das condições concretas da luta a levar a cabo, já que o território de dominação portuguesa era mesmo «Moçambique». Mas ao mesmo tempo, porque é que a maturação nacionalista maconde tinha que tomar como medida um «Moçambique» que não lhe era pertinente? Oprimida social e economicamente, estes africanos revoltaram-se primeiro segundo as linhas de aglomeração e segundo a linguagem disponível, a da sua própria identidade.

Geraram-se então dois quiproquós básicos que explicam os sucessos iniciais e as dificuldades posteriores. Os camponeses queriam a partida dos portugueses, a Frelimo também: seja o slogan «Uhulu!»³⁹ ou «Independência!», significava a partida dos colonos para uns e a criação de um Estado moçambicano para os outros, mas no imediato a guerra era a mesma; foi o *quiproquo nacional*. Isto chegou a um ponto que, em 1977, dois anos depois da independência, aquando da «campanha de estruturação do partido»⁴⁰, muitos macondes recusaram aceitar a carta da Frelimo alegando que: «a Frelimo somos nós!». Quando o slogan era «*Abaixo os exploradores!*», os camponeses pensavam ainda nos colonos e também nos africanos «[modemos]» que os exploravam, inclusivé nas zonas libertadas, e desejavam reencontrar a agricultura

³⁷ Michel Cahen, «The Mueda Case...», *op. cit.*

³⁸ O Rovuma é o rio fronteiriço entre Moçambique e a Tanzânia.

³⁹ *Uhulu*, em ximaconde, ou *Uhuru*, em kiswahili, significam «liberdade».

⁴⁰ Depois de ter adoptado o «marxismo-leninismo» em Fevereiro de 1977, a Frelimo abandonou a sua natureza oficial de «frente» pela de «partido *de vanguarda* da aliança trabalhadores-camponeses». Contrariamente à «frente», houve então, e ao mesmo tempo, uma selecção (e expulsão) e um recrutamento de aderentes para o «partido». Esta campanha foi motivo de reuniões no decurso das quais a população inteira, assim de facto integrada, deveria dizer se os candidatos à adesão eram dignos de tal promoção. Os macondes, que se consideravam «membros fundadores» recusaram, muitas vezes, participar neste processo selectivo do «partido Frelimo».

tradicional; enquanto que a Frelimo via nisso a adesão à causa revolucionária da destruição do «feudalismo», isto é, da destruição da agricultura tradicional e da sua própria organização social. Mas no imediato, as tarefas da guerra fizeram aceitar as medidas revolucionárias como imperativos temporários: é o *quiproquo socialista*.

A dinâmica militar da guerra de libertação permitiu a duração destas contradições, mesmo com crises. Não foi necessariamente assim quando o Estado independente procurou aplicar a sua política de modernização autoritária hostil à sociedade camponesa. Oposta tanto às relações sociais originais no seio do campesinato, como ao *big men* que lentamente emergiam, a Frelimo não foi somente hostil aos «contra-revolucionários» ou aos «burgueses», mas oposta a meios sociais e étnicos com trajectórias diferentes das urbanas e terciárias, que eram as da sua direcção.

Assim, o leitmotiv da Frelimo, «*Do Rovuma ao Maputo, um só povo, uma só nação*»⁴¹ não foi só um apelo à unidade voluntária, ou mesmo, à unicidade obrigatória: era a negação da própria existência das identidades realmente vividas no seio da população, às quais se opunha o projecto de uma identidade nova, definida geograficamente (Moçambique) e linguisticamente (o português) mas exterior à vida das pessoas⁴². A Frelimo, como Portugal, teve de utilizar uma identidade exterior às identidades sociais existentes a fim de legitimar a sua acção. Esta «cultura política» relativa ao projecto nacional é infinitamente mais importante e durável que o recurso instrumental ao marxismo, que, na realidade, nada mais é do que um aspecto contextual.

O mito português «*Moçambique só é Moçambique porque é Portugal*» e o mito frelimista «*Do Rovuma ao Maputo, um só povo, uma só nação*» são, assim, politicamente opostos ao projecto de Estado, mas culturalmente muito próximos. É por isso também, e segundo a proposição do sociólogo moçambicano Luis de Brito, que não qualifico esta política de «nacionalista» (nem mesmo de «estado-nacionalista»), mas de

⁴¹ Maputo é o rio fronteiro, no extremo sul, entre Moçambique e a África do Sul (Maputo tornou-se assim o nome da capital, antiga Lourenço Marques).

⁴² Sobre a negação das formações sociais camponesas pelos intelectuais do poder moçambicano, veja-se especialmente Christian Geffray, «Fragments d'un discours du pouvoir (1975-1985): du bon usage d'une méconnaissance scientifique», *Politique Africaine*, n.º 29, mars 1988, p. 71-85.

«nacionista». Um conceito já de nada serve se exprimir no mesmo vocábulo coisas muito semelhantes: o nacionalismo, como já vimos, é, sem dúvida, multiforme, mas só pode ser relativo ao que já é nacional. O projecto de criar uma nação abstracta, de confundir a sua proclamação com a sua existência e a sua gestação, não exprime uma realidade nacional massiva, mas um projecto elitista anti-democrático: este projecto «quer» uma nação, é nacionista, uma postura de natureza política e consequentemente bem diferente. Deste ponto de vista, o Portugal fascista era nacionalista já que procurava impor uma nação, sendo ela estrangeira. Mas se já era delicado utilizar o mesmo conceito para nacionalismos opressores (pangermanismo, assimilação colonial portuguesa) e nacionalismos de libertação (polacos, irlandeses, bascos, etc.), é necessário recusar a sua utilização quando não existe, concretamente, uma nação, ou uma identificação nacional em jogo.

Esta proposição conceptual que distingue o nacionalismo do nacionismo não deslegitima, em nada, a luta anti-colonial, mas chama a atenção para o que, justamente, é o fundamento dessa legitimação: a revolta económica, social e cultural de populações oprimidas para expulsar o invasor, independentemente da vontade de uma elite em criar um novo Estado respeitoso do domínio de definição colonial, e, em acréscimo, de o *disfarçar* com uma «nação».

Guerra de libertação e guerra civil

Poderíamos afirmar, e com razão, que a guerra de libertação, apesar da intensidade da sua duração, teve efeitos de unificação: a mistura de guerrilheiros de origens diferentes, as deslocações das populações, etc., teve necessariamente efeitos identitários. Isto é certamente correcto, mas relativo. Em primeiro lugar, o recrutamento no exército colonial pode ter tido os mesmos efeitos, em favor da portugalização; em segundo lugar, o processo guerrilheiro e das zonas libertadas só abrangeu uma minoria de pessoas, e foi, sobretudo, muito curto em relação ao que foram os processos históricos de cristalizações identitárias que deram lugar às nações, isto é, a *sociedades* inteiras.

Deste modo, as zonas libertadas de Moçambique são, ao mesmo tempo, um fenómeno de importância considerável e limitado. Num artigo de 1994, e utilizando todos os dados disponíveis, pude calcular

que, em 1967, entre 350 000 e 400 000 pessoas viviam nas zonas libertadas de Moçambique, isto é, tinham escapado, completamente e de forma duradoura, ao controle das autoridades portuguesas. Isto pode parecer pouco, comparativamente à população de cerca 7,5 milhões de habitantes. Todavia, em condições de guerrilha, isto era considerável e não reflectia a influência mais global da Frelimo, que os serviços de informações militares estimavam em cerca de 1,5 milhões de pessoas. Demograficamente, as zonas libertadas abrangiam, contudo, apenas uma pequena minoria, mesmo se, a partir de 1970, elas se tivessem estendido em direcção ao sudoeste do país.

De acréscimo, esta minoria era geográfica e etnicamente muito descentrada, como se pode ver no quadro seguinte que reagrupa as informações dos serviços de conselhos militares portugueses em 1967:

Grupos étnicos	Populações na «zona libertada»	% em relação ao total das populações libertadas	% em relação ao total deste grupo étnico
Suaíles (Swahilis)	2 000	0,64	47,61
Macondes	178 000	57,84	94,68
Ajáuas (Yaos)	77 000	25,02	60,62
Macuas-Lómués	8 000	2,59	0,25
Angunes (Ngunis)	5 700	1,85	3,48
Sengas	12 000	3,89	45,97
Cheuas	5 000	1,62	12,75
Nianjas-Niassas	20 000	6,49	60,06

Fonte: M. CAHEN, «Mozambique, histoire géopolitique d'un pays sans nation», *Lusotopie* (Paris, L'Harmattan), juillet 1994: 213-266.

Assim, o grupo maconde foi «subvertido» a 95% e representa sozinho 58% da população total das zonas libertadas, enquanto que no país ele representa apenas 2,5% da população «indígena» total de Moçambique.

Em 1967, as zonas libertadas estavam em vias de se estender na zona de Tete, no «cabo» Sudoeste localizado entre a Zâmbia e a Rodésia, em torno da barragem de Cahora-Bassa cuja construção se iniciava⁴³.

⁴³ Vemos no quadro que os grupos Sengas e Cheuas, a oeste a norte de Tete, estão já «contaminados pela subversão».

Iriam abrir-se, nos anos seguintes, a outros grupos étnicos mais ao sul.⁴⁴ Mas foram também «impedidas» noutras zonas setentrionais, não tanto em função da contra-guerrilha» ou da acção psicológica portuguesa, mas por razões históricas internas das sociedades moçambicanas. O facto dos macondes terem sido os porta-vozes da insurreição travava a sua difusão entre os macuas, não por causa de «tribalismos atávicos», mas devido à lembrança dos raides macondes e de uma relação diferente em relação à colonização⁴⁵; as diferenças entre a costa dos antigos sultanatos escravistas e o interior ainda se fazia igualmente sentir. Quero dizer com isto que, numa situação onde «Moçambique» era uma realidade bastante abstracta para muita gente, a história local podia fazer que um grupo étnico (pela imagem que se tinha dele) fosse tido como um inimigo pior que o colonizador português. Deste modo, as grandes chefaturas macuas do interior tinham ajudado os portugueses a vencer a resistência aguerrida dos sultanatos costeiros mesmo antes da Primeira Guerra Mundial⁴⁶. A guerra de libertação não aconteceu numa sociedade unificada ou «pacífica» de Bons Selvagens, mas numa sociedade devastada por séculos de tráfico de escravos, conquistas e guerras antigas, etc.

Após a independência em 1975, foi evidente que a extensão a todo o país, agora em paz,⁴⁷ da «experiência das zonas libertadas» vivida, ainda por cima, em condições de guerra, só poderia tornar-se num enorme e opressor voluntarismo político por parte das elites politico-militares da Frelimo. Mas a dita experiência das «zonas libertadas» não foi simplesmente considerada como generalizável agora que todo o país era uma zona libertada. Ela foi mitificada no seu próprio

⁴⁴ Em especial as populações dos diversos ramos chonas (teve, manica, ndau...).

⁴⁵ As zonas das populações macuas ou macuas-lómués, como a Zambézia, eram as zonas da mais antiga colonização portuguesa. A seguir a uma breve tentativa em 1964, a Frelimo só conseguiu começar aí a luta armada em Julho de 1974, quando as negociações com Portugal já tinham sido iniciadas.

⁴⁶ Sobre estas guerras, veja-se René Pélissier, *Naissance du Mozambique. Résistances et révoltes anticoloniales (1854-1918)*, Orgeval, Editions Pélissier, 1984, 2 vols; Malyn Newitt, *A History of Mozambique*, Londres, Hurst, 1995; Leroy Vail & Landeg White, *Capitalism and Colonialism in Mozambique. A Study of Quelimane District*, Londres-Nairobi-Ibadan, Heinemann, 1980.

⁴⁷ Mesmo que o movimento rebelde, a Renamo (*Resistência nacional de Moçambique*), tenha sido criado em 1977, a guerra civil só se estendeu verdadeiramente a partir de 1982-83.

contéudo: assim, as «aldeias comunitárias» reagrupavam, sem dúvida, a população, mas na realidade não produziam praticamente nada em comum, excepto o que dizia respeito ao abastecimento dos guerrilheiros; os comités populares «eleitos» estavam sob a apertada dependência das estruturas militares; as chefaturas tradicionais, em princípio suprimidas, continuariam a desempenhar frequentemente um papel importante – e se esse papel foi diminuído nos macondes é porque as chefaturas eram uma instituição débil nesta sociedade, relativamente acéfala, etc. Isto significa que se a guerra de libertação trouxe, inegavelmente, efeitos unificadores, ela produziu também efeitos de guerra civil e de divisão. Uma guerra de libertação de uma dezena de anos é muito insuficiente para provocar a emergência de um forte sentimento pan-étnico. Um sentimento forte anti-colonial pode ser suficiente, no entanto, para provocar a emergência de um desejo de República independente, sem os portugueses, de um *Governo da nossa cor*. Mas entre a libertação da «terra», um *governo da nossa cor* e a independência de Moçambique, existem todos os quiproquos evocados anteriormente, que só podiam ser resolvidos numa dinâmica democrática. Ora a estrutura do partido único, de um Estado-partido e de um partido-nação, opunham-se a isso.

O anti-colonialismo identitário

A história da resistência africana «secundária»⁴⁸ contém, no entanto, muitos exemplos de revoltas, manifestações e associações que exprimem um anti-colonialismo pronunciado sem exprimirem, contudo, uma visão política «moçambicana». Estudei, em particular, o caso do *Núcleo Negrófilo de Manica e Sofala*, autêntica organização nacionalista ndau⁴⁹, responsável pelas manifestações em 1953 no

⁴⁸ Retomo aqui por comodidade a distinção clássica entre «resistência primária» (resistência à conquista colonial) e resistência secundária (resistência à presença colonial), mesmo que se trate apenas de dois «pólos» conceptuais com consideráveis situações intermédias.

⁴⁹ Os ndaus são um ramo das populações Chonas (ou Shonas) que se estende do Zimbabué ao oceano Índico. A província de Manica e Sofala tinha uma história particular no seio de Moçambique, já que ela representava o essencial do Território de Manica e Sofala dado em concessão à Companhia de Moçambique, companhia majestática de capitais principalmente britânicos (1891-1940). Esta particular

centro do país, e proibida em 1956; ou o caso da revolta de Mueda⁵⁰, considerada oficialmente, contudo, como a data de nascimento do «nacionalismo moçambicano». Com base nos problemas sociais e económicos provocados pela colonização, as populações revoltaram-se segundo linhas de mobilização fornecidas pelo seu quadro comunitário ordinário, que chamamos de étnico. A expressão de uma identidade real, neste caso étnica, foi a resposta a um problema social: a contradição era social, a mobilização foi identitária. É aquilo que chamo de anti-colonialismo identitário, na medida em que é uma identidade historicamente cristalizada e portadora de sentido que serve de quadro de mobilização, e não «Moçambique» (ou outra identidade territorial proclamada). Podemos dizer também que se trata de nacionalismos de nações que nunca chegaram a sê-lo.

Efeitos paradoxais do colonialismo tardio

A teimosia do salazarismo em não fazer a descolonização levou, então, a guerras de libertação bastante longas, que provocaram fenómenos de radicalização. Quais foram, no entanto, os efeitos a longo-prazo?

Houve uma captação, por um certo marxismo, das elites anti-coloniais radicais, e o conceito «fabricado» por Moscovo para exprimir isso foi a «revolução nacional democrática» (RND), a que Pequim, tal como Samora Machel, acrescentaram o «popular» (RNDP). A RND(P) enquadrou, assim, conceptualmente, numerosas correntes africanas, de Sékou Touré a Modibo Keita, passando por Kwame N'Krumah e Patrice Lumumba. Mas vale a pena reflectir um pouco no sentido internacional da expressão. Com efeito, para Moscovo, mesmo no caso de uma Angola e de um Moçambique independentes, oficialmente

história favoreceu a maturação precoce de um nacionalismo anti-colonial ndau de forte cariz congregacionista americano. Sobre o Centro Negrófilo de Manica e Sofala, veja-se em particular Michel Cahen, «L'anticolonialisme identitaire: conscience ethnique et mobilisation anti-portugaise au Mozambique (1930-1965)», Colette Dubois, Marc Michel & Pierre Soumille éd., *Frontières plurielles, Frontières conflictuelles en Afrique subsaharienne*, Paris, L'Harmattan, 2000, p. 319-333; bem como o capítulo 12 de Michel CAHEN, *Os outros. Um Historiador em Moçambique, 1994*, Basileia (Suíça), P. Schlettwein Publishing Foundation, 2003.

⁵⁰ Michel Cahen, «The Mueda Case...», *op. cit.*

«marxista-leninista», ficou sempre claro que o MPLA e a Frelimo não eram comunistas, que não faziam parte do campo socialista. Eles entravam na categoria dos movimentos em favor do «desenvolvimento não capitalista». Mas esta expressão, forjada para valorizar a aliança com estes movimentos, significava que estes não eram socialistas (sem dúvida, «não capitalistas», definição negativa, mas sem caracterização positiva, «socialista»). Isto provinha, na realidade, da ideia de que a África do século XX estava realizando, depois da Europa do século XIX, a sua «etapa da revolução burguesa», frequentemente entendida pela tradição marxista como sinónimo de etapa de revolução nacional. Tínhamos então aqui um enorme mimetismo ideológico, aplicar a África o modelo europeu legitimador. Contudo, nos anos sessenta, era pouco rentável qualificar os aliados anti-colonialistas africanos de movimento realizando a etapa da revolução burguesa ... Eram, portanto, qualificados de RND(P).

Mas isto teve, a nível ideológico, um efeito igualmente poderoso de confusão entre a criação de um Estado novo, independente, e de uma nação nova. A guerra de libertação anti-colonial *era* a revolução nacional, portanto a criação da nação; se as outras identidades (étnicas, por exemplo), mantivessem uma expressão política própria, eram, portanto, contra-revolucionárias. A radicalização, causada pelo facto de se recorrer a conceitos soviéticos ou chineses, veio reforçar, portanto, o paradigma do «nacionismo», de que falamos já anteriormente.

O resultado para a independência foi, sem dúvida, o aparecimento de regimes políticos radicais, na vanguarda do anti-colonialismo (guerra latente ou aberta com a Rodésia do Sul e a África do Sul etc.), mas cuja estrutura em nada rompeu com o modelo social português de uma «nação de funcionalismo público». O facto de ser anti-português não constituiu uma ruptura com o modelo, o inimigo continuou a ser o modelo. O tipo de Estado instituído, com o seu partido único, as suas «Organizações democráticas de massa», a sua cobertura por estruturas de enquadramento («Grupos dinamizadores»), o seu corporativismo sindical («Conselhos de produção» em Moçambique), a sua mitologia da nação homogénea, o seu Estado como principal actor da economia, a sua função pública hipertrofiada, levaram a uma relação de paternalismo autoritário com a população. A população deve ser «organizada», ela só se torna «povo» quando esta tarefa é conseguida;

antes, ela era apenas constituída por *elementos da população*⁵¹, expressão que demonstra bem a negação das formas originais de organização social que já vimos nos slogans «*Moçambique só é Moçambique porque é Portugal*» e «*Do Rovuma ao Maputo, um só povo, uma só nação*».

Uma descolonização precoce, cerca de 1961-62, teria certamente permitido a uma parte bem mais importante da população colonial (portuguesa metropolitana, portuguesa de África, creoula, indiana...) de continuar onde estava, levando a independências do tipo brasileira ou zimbabueana, cheias de contradições, mas abertas à expressão da pluralidade dos meios sociais, crioulos, bem como bantus, e assim mais propícias, imagina-se, a uma dinâmica de luta de classes. Paradoxalmente, o «marxismo-leninismo» de cunho bantu, negou estas lutas, sublimando-as na identidade política abstracta do Estado «operário-camponês» e da nação.

Aliás, a fase «socialista» do estado moçambicano independente,⁵² devido à radicalização provocada pela política militar portuguesa e ao seu colonialismo tardio, manteve, paradoxalmente, uma forma de Estado muito próxima do modelo salazarista. Foi com a viragem neoliberal do fim dos anos 80 que se operou a verdadeira ruptura. Moçambique tornou-se, a partir daquele momento, um vulgar país de África, portanto neocolonial, mas «afastado» de Portugal e sem uma metrópole particular como referência: a sua «capital neocolonial» situava-se mais perto das sedes das organizações financeiras internacionais do que em Lisboa⁵³. E, após 1992, o melhor amigo de Angola foram os Estados Unidos e Israel...⁵⁴.

⁵¹ Sobre o vocabulário político popular de Moçambique contemporâneo, veja-se M. CAHEN, *Les Bandits...*, *op. cit.*, bem como, do mesmo autor, «*Entrons dans la nation. Notes pour une étude du discours politique de la marginalité. Le cas de la Renamo du Mozambique*», *Politique africaine*, n°67, 1997, p. 70-88.

⁵² O caso moçambicano é certamente mais significativo do que o de Angola, na medida em que a Frelimo foi perdendo, progressivamente, o controle do território, devido ao desenrolar da guerra civil, enquanto que o MPLA se viu imediatamente confrontado com uma guerra entre os três movimentos (MPLA, FNLA e Unita) e nunca controlou, antes de 2002, a totalidade do seu território.

⁵³ Apesar da criação da CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa), em 1996, Portugal nunca conseguiu estabelecer um «pré-quadrado» africano à maneira francesa, dedicando menos de 99% da sua cooperação exclusivamente à «África lusófona» e a Timor oriental.

⁵⁴ A política americana foi muito diferente para os vários PALOP: mesmo no momento de maior radicalismo o Estado da Frelimo foi sempre reconhecido pelos USA, enquanto

□□*

Estas reflexões não retiram nada à profunda legitimidade dos movimentos anti-coloniais de libertação, nem subestimam a base social de massa desta aspiração. Trata-se simplesmente de sublinhar que o anti-colonialismo e o nacionalismo são tendências históricas que se cruzam, sem dúvida alguma com frequência mas que não podem ser confundidas. É necessário analisar cada processo histórico no seu tempo e contexto próprios e, nessa circunstância, analisar o anti-colonialismo africano fora do mimetismo ideológico saído das revoluções nacionais europeias do séc. XIX e do início do século XX. Pela minha parte, não mais utilizarei, portanto, salvo no caso incontestável de nações já constituídas, a expressão «luta de libertação nacional».

que Angola, devido à presença cubana não o era (mesmo estando lá as sociedades petrolíferas americanas e sendo os seus poços de petróleo defendidos pelos soldados ... cubanos contra os ataques dos rebeldes patrocinados pelos... Estados Unidos).